

Relatório Anual

2021



ABLV
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA
INDÚSTRIA DE LÁCTEOS LONGA VIDA

8
9
0
1
2
3
4
5
6
7

Conselho Deliberativo

Edmilton Aguiar Lemos
Guilherme Portella dos Santos
Kléber José Cabrini
José Antônio Bernardes
Maurício Cardoso Franco
Vasco Praça Filho
Vitor Bruno Machado Girão

Presidente do Conselho

Laércio Barbosa

Vice-Presidentes do Conselho

Cesar Helou
Cláudio Teixeira

Diretor Executivo

Nilson Muniz

Índice

Mensagem do Presidente	4
Ambiente Externo	5
Produção Mundial de Leite	8
Economia Brasileira	11
Comércio Exterior	15
Desempenho do Setor Lácteo	18
Mercado Interno de Lácteos Longa Vida	24
Séries Estatísticas	26
A Logística Reversa no Brasil	33
Atividades Desenvolvidas	40
Quadro Social	43

Mensagem do Presidente



Prezados associados,

Se 2020 foi para o setor um ano de ganho de volume e valor para todos os segmentos de lácteos longa vida, 2021 nos levou de volta ao ano de 2015, quando o volume de vendas do leite UHT foi o mesmo do ano passado. Como pode-se ver nos dados deste relatório, o agravamento da pandemia e seus reflexos negativos na economia e na renda da população levaram a uma queda significativa no consumo de várias categorias de produtos, inclusive lácteos. Assim, verificamos em 2021 uma redução do mercado total de leite de consumo de 3,7% e, dentro dele, uma perda de 3,5% do volume de leite UHT. Colaborou para esse cenário a retração da produção primária ao redor de 2%.

Além da queda recorde histórica na produção e consumo, 2021 talvez tenha sido o pior entre os últimos anos para a rentabilidade do setor lácteo, com aumentos significativos dos custos de produção, particularmente do leite in natura, além de combustíveis, embalagens, mão de obra e serviços, que não puderam ser integralmente repassados aos preços e impactaram enormemente as margens da indústria. Combinados, os fatores já expostos resultaram numa tempestade perfeita e um ano para esquecer.

De positivo, a indústria aprendeu, ainda que motivada pelo prejuízo, a priorizar a rentabilidade em detrimento da produção.

Iniciado em 2020, o trabalho da ABLV de redução de despesas e busca de patrocinadores se consolidou, o que nos permite continuar atuando em todas as frentes necessárias à defesa do setor, bem como criando o ambiente para o diálogo entre seus associados.

Agradeço, mais uma vez, o amplo apoio recebido dos associados, do conselho deliberativo e dos patrocinadores, sem o qual minha gestão não teria êxito.

Saudações a todos!

Laércio Barbosa
Presidente

Ambiente Externo

Permanece na memória o fato de o mundo, no início de 2020, ter praticamente parado. Temerosos com a transmissão do novo Coronavírus (Sars-Cov-2), governos de inúmeros países estabeleceram medidas restritivas em graus variados, que foram de lockdowns a quarentenas, passando por paralizações em atividades específicas. O resultado foi que as maiores economias sofreram grande queda em sua atividade e a crise se espalhou causando sofrimento maior na população mais pobre, em todos aqueles que ela alcançou. Entretanto, com o avanço da imunização, mesmo que desigual, e com a diminuição das restrições no início de 2021, a atividade econômica começou a se recuperar. Apesar do surgimento de novas variantes ao longo de 2021, tais como a Delta e a Ômicron, com impactos especialmente no segundo semestre, em termos de crescimento econômico, na maioria dos países 2021 foi 2020 com o sinal trocado, como aparece na Tabela 01.

Como se observa, no biênio anterior, 2019-2020, apenas dois países dos vinte selecionados que aparecem na Tabela 01, a China e a Turquia haviam apresentado crescimento do PIB, ainda que modesto. Em compensação, no último biênio, 2020-2021, todos países viram o seu produto interno crescer, sendo que em mais da metade deles esse indicador registrou aumento acima de 5,0%. Mas esse bom desempenho generalizado não revela os desajustes criados na esteira da pandemia, colocando em dúvida se a globalização não teria ido longe demais, com graus e consequências variáveis pela ruptura de cadeias produtivas que vinham se formando há anos, e envolvendo inúmeros países.

Com os gargalos criados pela falta de produtos em tradicionais fornecedores, a busca por novos se disseminou e, com a pressão da demanda, o mundo sofreu um inesperado surto inflacionário, além de desequilíbrios no mercado de trabalho. Ou seja, os resultados alcançados em 2021 não são sustentáveis, de maneira que o crescimento do PIB esperado para 2022 será menor, e em alguns países com seus próprios desajustes domésticos, menor ainda. Fato relevante, após o fim de 2021, foi a guerra se iniciou na noite de 23 de fevereiro de 2022 com a invasão da Ucrânia pela Rússia.

Tabela 1

Mundo - Variação do PIB – Países Selecionados ⁽¹⁾

2021/2020 e 2020/2019 – em % e P.P.

País	2021 / 2020		2020 / 2019		Variação	
	Var. %	Ranking	Var. %	Ranking	P.P.	Ranking
Turquia	11,0	1	0,4	2	10,6	11
Colômbia	10,6	2	-6,8	12	17,4	3
Chile	10,2	3	-6,2	11	16,4	5
Argentina ⁽²⁾	10,0	4	-9,7	18	19,7	1
China	8,1	5	2,3	1	5,8	19
Grã-Bretanha	7,5	6	-9,9	19	17,4	4
Espanha	7,2	7	-11,0	20	18,2	2
França	7,0	8	-8,3	16	15,3	7
Itália	6,5	9	-8,9	17	15,4	6
Estados Unidos	5,7	10	-3,5	6	9,2	14
Índia	5,4	11	-7,0	13	12,4	9
África do Sul	4,9	12	-7,1	14	12,0	10
México	4,8	13	-8,3	15	13,1	8
Rússia	4,7	14	-3,1	5	7,8	17
Brasil ⁽³⁾	4,6	15	-4,1	7	8,7	15
Japão	4,6	16	-4,8	8	9,4	13
Canadá	4,6	17	-5,3	9	9,9	12
Austrália	4,2	18	-2,9	4	7,1	18
Coréia do Sul	4,0	19	-1,0	3	5,0	20
Alemanha	2,7	20	-5,3	10	8,0	16

PIB - Produto Interno Bruto / P.P. Pontos Percentuais

Fonte: (1) 2020 / 2019 - The Economist - 06-03-2021 - 2021 / 2020 - BTG Pactual (várias fontes)

(2) Estimativa Ministro da Economia da Argentina

(3) IBGE - para 2020 - 03-03-2021 e para 2021 - 04-03-2022

As sanções econômicas impostas à invasora pela União Europeia e os Estados Unidos têm gerado ameaças de retaliação por parte dela, que, em tempos de paz, se tornou a principal fornecedora de gás à Europa. É ele que move a indústria e que no inverno ajuda a aquecer os europeus. Caso exemplar é a Alemanha, que tem uma forte dependência dessa fonte de energia gerada em território russo. Enquanto democracias representativas fizerem negócios estratégicos com países que fazem apenas uma representação da democracia, mas impera a vontade de uma única pessoa, disposta a tudo para se eternizar no poder, eles estarão sempre em risco. E energia é um negócio estratégico.

Além da guerra que vai destruindo patrimônio e ceifando vidas, o covid-19 continua matando, ainda que haja menos casos. Parece generalizada a opinião de que não será possível erradicar o vírus Sars-Cov-2 em todo o planeta, com a rapidez desejada. A pandemia irá passar, mas o vírus, ao contrário, se tornará endêmico e reaparecerá em determinados momentos, assim como o vírus da gripe, que ocorre repetidamente no inverno. Com isso, tal como a vacinação anual contra a gripe se mantém como medida de proteção contra a doença, o mesmo cuidado se exigirá com a covid-19. Mesmo assim, poderão ocorrer novos surtos aqui e ali, impactando o desempenho da economia mundial.

Produção Mundial de Leite

Ao contrário do que aconteceu com o PIB, a produção mundial de leite manteve o desempenho do ano anterior, mas teve um aumento mais modesto. Como mostra a Tabela 02, que consolida os resultados alcançados por 41 países, o *boom* do primeiro ano da pandemia arrefeceu e o crescimento da oferta de leite se situou em 1,3%, menor, portanto, que os 2,1% de 2020. O número de países foi ampliado com a inclusão do Paquistão, país em que, tal como a Índia, a produção de leite de animais das raças bubalinas é maior que a do leite de vaca. Passaram a constar também Rússia (6ª Posição) e Ucrânia (16ª), importantes produtores que são. Registre-se que a União Soviética, antes da sua dissolução em 1991, reunia esses países ora em confronto militar, dentre vários outros, liderou a produção mundial de leite por longos anos.

Chile e Uruguai, embora não sejam tão relevantes na produção de leite em escala global, foram incluídos na Tabela 02 porque mantêm forte laço comercial com o Brasil na área de laticínios e o Uruguai é um importante exportador de produtos lácteos. Porém, dentre os 22 países que aparecem no agregado União Europeia há os que produzem mais leite que os dois vizinhos da América do Sul.

A produção consolidada na Tabela 02 corresponde a 76% do leite das duas espécies – vaca e raças bubalinas – ofertado no mundo. Em termos dos continentes em que se produz leite, com apenas 3 países, a Ásia detém 41,5% da produção, considerando o leite dos 41 países consolidados da mesma tabela; enquanto a Europa necessita a soma de 30 países para uma participação de 30%, seguida da América do Norte, com 17% (2 países). Depois vem a América do Sul (4 países), com 7,1% e a Oceania, também com 2 países, mas com uma fatia de apenas 4,4%.

Dos países que aparecem individualmente na Tabela 02 apenas seis registraram queda na produção de leite, sendo que a maior delas teve lugar justamente na Ucrânia, onde foi de 5,7%. Entretanto, em termos absolutos, a estimativa de maior queda é do Brasil, da ordem de 723 milhões de quilos de leite, em 2021. Por seu lado, os Estados Unidos, com um crescimento de 1,3%, permanecem na liderança mundial da produção de leite de vaca, ficando atrás da Índia quando à produção daquele país asiático se agrega o leite das raças bubalinas. Mas é notável que os Estados Unidos tendo um setor lácteo tão consolidado continuem a manter seu crescimento na produção de leite de vaca, que já dura onze anos. Também impressiona que as estimativas apontem

para um crescimento do leite na Índia que equivale quase a soma das produções de Chile e Uruguai. Por seu lado, o Paquistão cresceu um Uruguai e meio.

Tabela 2

Mundo - Produção de Leite ⁽¹⁾ – Países Selecionados 2020/2021 – em milhões de quilos

País	2020		2021			Variação	
	Kg	Part. %	Ord.	Kg	Part. %	Abs.	%
Índia	177.849	26,5	1	181.762	26,7	3.913	2,2
Estados Unidos	101.252	15,1	2	102.568	15,1	1.316	1,3
Pasquitão	59.764	8,9	3	62.872	9,2	3.108	5,2
China	37.757	5,6	4	38.000	5,6	243	0,6
Brasil ⁽²⁾	34.413	5,1	5	33.690	4,9	-723	-2,1
Rússia	31.960	4,8	6	32.855	4,8	895	2,8
Alemanha	32.549	4,8	7	31.942	4,7	-607	-1,9
França	24.602	3,7	8	24.225	3,6	-377	-1,5
Nova Zelândia	21.766	3,2	9	22.339	3,3	573	2,6
Reino Unido	14.872	2,2	10	15.007	2,2	135	0,9
Polónia	14.822	2,2	11	14.896	2,2	74	0,5
Holanda	14.522	2,2	12	14.086	2,1	-436	-3,0
Itália	12.668	1,9	13	13.118	1,9	450	3,6
México	12.188	1,8	14	12.492	1,8	304	2,5
Argentina	9.941	1,5	15	10.426	1,5	485	4,9
Ucrânia	9.245	1,4	16	8.719	1,3	-526	-5,7
Austrália	8.540	1,3	17	8.600	1,3	60	0,7
Chile	2.275	0,3	18	2.268	0,3	-7	-0,3
Uruguai	2.017	0,3	19	2.053	0,3	36	1,8
União Européia - 22 países	48.660	7,2		48.709	7,2	49	0,1
Total	671.662	100,0	41	680.627	100,0	8.965	1,3

Fontes: CLAL, IBGE, MAGYP, ODEPA, INALE, FAO, STATISTA, USDA

(1) Leite de vaca e de animais das raças bubalinas (estas últimas relevantes em Índia e Paquistão)

(2) 2021 – Estimativa / Nos dois anos, conversão litros para quilos

A Nova Zelândia continua o país que mais exporta produtos lácteos no mundo, mas sua produção parece ter alcançado seu limite. Em 2004 aquele país da Oceania, isolado do resto do mundo, produziu cerca de 15 bilhões de litros de leite. Dez anos depois, em 2014, sua produção alcançou quase 22 bilhões de litros. Entretanto, desde então, ela tem permanecido estagnada nos últimos sete anos. Assim, apesar de ter crescido 2,6% em 2021, ultrapassou por muito pouco os 22 bilhões de litros de 2014.

Com uma queda muito discreta (0,3%) o Chile se juntou ao Brasil. O pífio desempenho da Argentina e Uruguai foi incapaz de compensar a queda brasileira. Entretanto, como não houve alteração no tratamento tributário de que se favorecem seus vizinhos do Mercosul, eles continuam na confortável posição de grandes exportadores para o Brasil, que historicamente é um importador líquido de produtos lácteos.

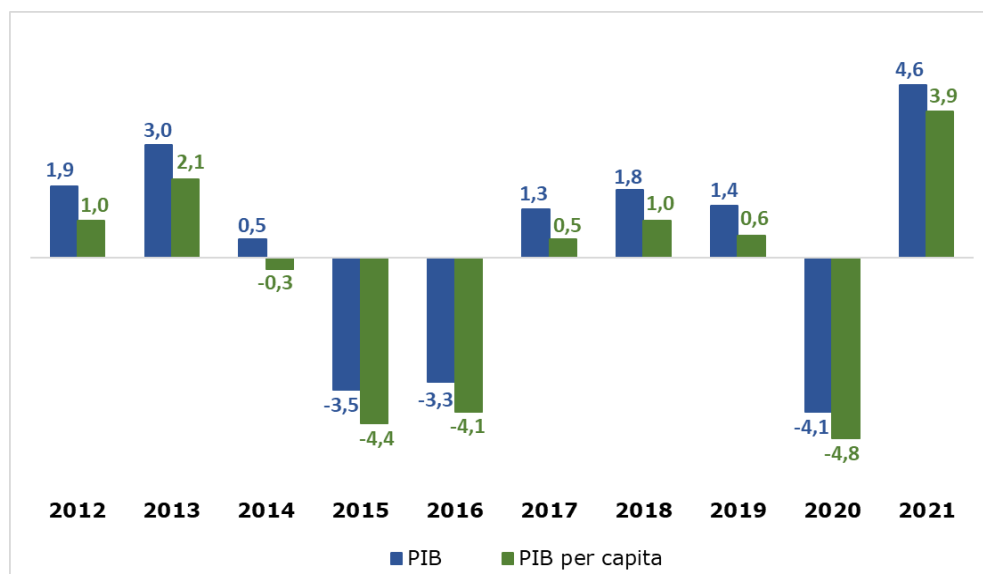
O leite continua sendo um importante alimento na dieta da maior parte dos países, mas o desenvolvimento econômico sempre leva ao aumento da preferência da população por produtos processados em detrimento de seu consumo na forma líquida, incluindo a reconstituição caseira ou industrial de leite em pó e, raramente, de leite concentrado, que está presente em pouquíssimos países.

Economia Brasileira

O Brasil acompanhou a tendência mundial de 2021 de recuperação do crescimento econômico depois do trágico 2020, assolado que foi pela pandemia. Depois de anos problemáticos, incluídos três deles com queda no PIB, em 2021 o país registrou um crescimento de 4,6%, o maior da série, superando os 3,0% de 2013, como mostra o Gráfico 1. Com isso, foi recomposta a perda do ano anterior, quando o produto nacional caiu 4,1%. Entretanto, para ficar mais fácil o entendimento, basta uma análise do PIB do período de 2013 a 2021, tomando 2013 como igual a 100. O país teve seu último soluço de crescimento no ano seguinte (2014), chegando a 100,5. Em 2016 caiu para 93,7, o índice mínimo do período; depois, se recuperou para 98,2 em 2019 voltando a cair para 94,1, em 2020 e, finalmente, subindo para 98,7 em 2021. O país está com seu PIB 1,3% menor do que o registrado em 2013. Com isso, a renda per capita do brasileiro terminou 2021 com queda de 2,2% em relação àquele ano. Resumindo, faz 8 anos que o brasileiro está com sua renda praticamente estagnada, pois ela caiu quatro vezes neste longo período. Em termos econômicos, o Brasil parou no tempo desde o terceiro ano do primeiro mandato de Dilma Rousseff, iniciado em janeiro de 2011.

Gráfico 1

Brasil – PIB e PIB Per Capita
2012 / 2021 - % de variação anual



Fonte: The Economist, BTG Pactual, IBGE

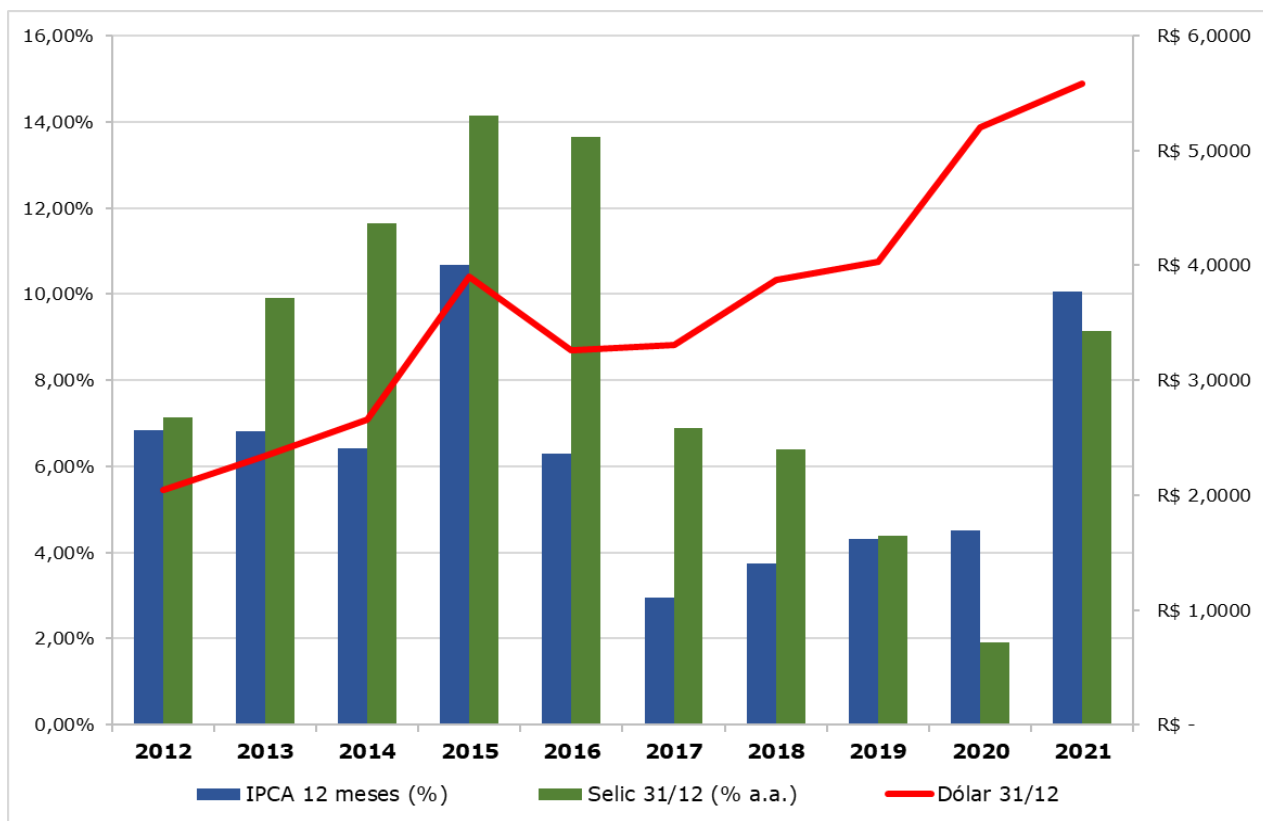
Ao contrário de 2020, em que a agropecuária contribuiu para o desempenho do PIB ao crescer 2,0%, em 2021 ela caiu 0,2%. Condições climáticas desfavoráveis impactaram culturas como cana de açúcar, milho e café, bem como a pecuária de corte e a de leite, sendo este último segmento analisado em detalhes mais adiante neste relatório. Em 2021 a contribuição para se chegar aos 4,6%, veio da Indústria, que aumentou 4,5% e dos serviços cujo crescimento foi de 4,7%.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), ou seja, os investimentos do país em 2021, apresentou bom desempenho chegando a 19,2% do PIB, superando em 2,6 pontos percentuais a de 2020, que foi de 16,6%, porém longe ainda do que seria a necessária para um crescimento mais robusto do país. Conjectura-se que maiores taxas de crescimento do PIB exigiriam uma FBCF próxima de 25%, ou seja, 6 pontos percentuais a mais do que a alcançada em 2021.

O país não ficou imune a dois movimentos mundiais que afetaram a economia de inúmeros países: o aumento da inflação e a valorização do dólar americano, como mostra o Gráfico 2. A inflação brasileira mais que dobrou em 2021 em relação ao ano anterior, saltando de 4,5% para 10,06%, num momento já difícil para a população mais vulnerável afetada por falta de emprego e renda devido ao prolongamento da pandemia. E, como se sabe, a inflação afeta muito mais a população carente especialmente quando os preços de alimentos, energia, transportes e aluguel sobem mais. Por sua vez, a valorização do dólar, que fechou o ano acima de R\$ 5,50, embora já viesse registrando altas seguidas desde 2018, contribuiu para o aumento de preços dos insumos e produtos importados e, assim, para a magnitude da taxa de inflação registrada ao final de 2021.

A Selic (sigla do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia), constante do Gráfico 2, é a taxa básica de juros da economia brasileira, cujo patamar influencia as taxas de juros praticadas no país. Ela é um dos instrumentos centrais da estratégia da política monetária que tem por base o sistema de metas de inflação. A ação do Banco Central deu ótimo resultado em 2016, fazendo a inflação voltar ao patamar de um dígito, teve ainda mais impacto em 2017 e continuou com bons resultados até 2020. Entretanto, ao demorar para começar a ser corrigida em 2021, permitiu que a inflação retornasse aos dois dígitos. O BC tem mantido essa política em 2022, mas a prática da indexação tem dificultado a obtenção de melhores resultados, além da Selic ter mais efeito quando os preços sobem por pressão da demanda e não de custos, como é o caso do movimento atual. Ademais, há o efeito negativo ao aumentar o custo da dívida pública, reduzindo ainda mais espaço para os investimentos que o país necessita.

Gráfico 2
Brasil – Inflação, Selic e Câmbio
 2012 / 2021



Fontes: IBGE, BCB

Finalmente, segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), no quarto trimestre de 2021, o país tinha 12 milhões de desocupados, um número ainda muito elevado, ainda que tenha caído 16,7% em relação a 2020, quando chegou a atingir 14,4 milhões. Em fins de 2013, para retornar ao período analisado quanto ao PIB, o número de desocupados era de cerca de 6 milhões. O que não se imaginava era que o comportamento do PIB, com os meros 0,5% de crescimento em 2014, marcaria o início de uma longa estagnação que permanece ainda hoje, com o dobro do número de desocupados.

As expectativas para 2022 são pouco auspiciosas, seja pela previsão de um PIB de 1,1% (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea), seja porque para as eleições em fins deste ano, até agora, parece que a disputa se dará entre os dois últimos modelos de gestão. Ambos que não levaram adiante as reformas necessárias para a volta do crescimento sustentável.

Comércio Exterior

As exportações do Brasil continuaram a apresentar um crescimento relevante em 2021, ao subirem 34,2% em relação ao ano anterior, enquanto as importações registram aumento ainda maior, alcançando 38,2%. Apesar da diferença, o saldo da balança comercial teve um crescimento de 21,5%, com o superávit alcançando US\$ 61,2 contra US\$ 50,4 bilhões em 2020. Esse resultado foi possível graças ao superávit obtido pelo agronegócio que alcançou, em 2021, US\$ 105,1 bilhões contra os US\$ 87,6 bilhões de 2020 – um aumento de 19,9%. Os outros setores registraram déficit de US\$ 43,8 bilhões, superando os US\$ 37,3 bilhões de 2020. Detalhes dessas cifras aparecem na Tabela 03.

Tabela 3

Brasil - Balança Comercial - Resumo

2020/2021 – em milhões de dólares

Descrição	Exportação				Importação				Saldo			
	2020	2021	Var.		2020	2021	Var.		2020	2021	Var.	
			%	Abs.			%	Abs.			%	Abs.
Total Brasil	209.180	280.633	34,2	71.453	158.787	219.409	38,2	60.623	50.393	61.223	21,5	10.830
Demais Setores	108.478	160.046	47,5	51.568	145.732	203.881	39,9	58.149	-37.254	-43.835	17,7	-6.580
Agronegócio	100.702	120.586	19,7	19.884	13.054	15.529	19,0	2.475	87.648	105.058	19,9	17.410
Part. % Agro	48,1	43,0			8,2	7,1			173,9	171,6		

Fontes: FIESP, Deagro

As exportações do agronegócio apresentaram um novo recorde no ano de 2021 alcançando um desempenho excepcional de US\$ 120,6 bilhões (US\$ 100,7 bilhões em 2020) superando o melhor resultado anterior obtido no ano de 2018, quando atingiu US\$ 101,2 bilhões. A partir de dados da SECEX observa-se que as exportações do agronegócio cresceram seis vezes entre 2000 a 2021.

Em 2021 o crescimento das divisas propiciadas ao país pelo agronegócio, através das exportações, foi de 19,7%. Atribui-se este resultado principalmente a alta dos preços internacionais das commodities. Apesar do excelente desempenho e das exportações brasileiras do agronegócio em 2021 representarem 43% de participação no total, o resultado foi inferior em 5,1 pontos percentuais em relação ao alcançado em 2020. As importações brasileiras do agronegócio continuam irrelevantes, com seus US\$ 15,5 bilhões em 2021, mais do que os US\$ 13,1 bilhões de 2020, mas ainda abaixo do valor máximo de 2011, de US\$ 17,5 bilhões.

Por grupo de produtos, os destaques das exportações do agronegócio em 2021 foram: o complexo soja, responsável por 64% do acréscimo de divisas de 2020 para 2021 e o complexo carnes que contribuiu com 13%. Os dois respondem por 56% das exportações do agronegócio. O grupo de madeiras e seus produtos também teve uma participação importante com 8%. Os 15% restantes referem-se aos outros produtos exportados.

A Tabela 04 mostra a contribuição dos principais grupos e produtos na pauta exportadora onde se destaca o complexo soja em primeiro lugar com participação de 39,8%, ao atingir um valor de US\$ 48 bilhões, resultando em um aumento de 36,3% em relação a 2020. Os demais produtos em destaque são o complexo carnes (US\$ 19,3 bilhões) e açúcar (US\$ 9,2 bilhões). Os produtos que tiveram redução nas exportações foram o milho (-28,5%) e o etanol (-10,9%).

Os produtos lácteos tiveram um crescimento expressivo das exportações, da ordem de 28,8%, mas representaram apenas 0,1% do total de produtos do agronegócio. Conforme dados da Secex, os queijos e o leite em pó foram responsáveis por cerca de 57% das exportações de lácteos em 2021.

Tabela 4
Brasil - Exportação do Agronegócio - Produtos
2020/2021 – em milhões de dólares

Produto	2020		2021		Variação	
	US\$	Part. %	US\$	Part. %	Abs.	%
Total	100.702	100,0	120.586	100,0	19.884	19,7
Complexo Soja ⁽¹⁾	35.232	35,0	48.013	39,8	12.781	36,3
Complexo Carnes ⁽²⁾	16.722	16,6	19.306	16,0	2.584	15,5
Açúcar	8.744	8,7	9.181	7,6	437	5,0
Celulose e Papel	7.735	7,7	8.636	7,2	901	11,6
Café em grãos	4.974	4,9	5.804	4,8	830	16,7
Madeira e produtos	3.678	3,7	5.302	4,4	1.624	44,2
Milho	5.786	5,7	4.139	3,4	-1.647	-28,5
Algodão	3.227	3,2	3.406	2,8	179	5,5
Couros e produtos	1.250	1,2	1.762	1,5	512	41,0
Suco de laranja	1.425	1,4	1.626	1,3	201	14,1
Etanol	1.192	1,2	1.061	0,9	-130	-11,0
Café solúvel, cacau e produtos	800	0,8	848	0,7	48	6,0
Lácteos	76	0,1	98	0,1	22	28,9
Demais produtos	9.864	9,8	11.405	9,5	1.541	15,6

Fontes: FIESP, Deagro

⁽¹⁾ Soja em grãos + Farelo de soja + Óleo de Soja

⁽²⁾ Carne de frango, bovina e suína

Conforme mostra a Tabela 05, contendo o destino das exportações do agronegócio por país, a China continua sendo o principal cliente e as exportações para ela somaram US\$ 41 bilhões em 2021. Com o crescimento de 20,6% em relação a 2020, o país asiático detém 34% das vendas externas de produtos agropecuários (in natura ou processados), apenas 0,2 pontos percentuais a mais do que o ano anterior. Na sequência seguem os Estados Unidos com participação de 7,5% e um crescimento de 30,2% e Países Baixos com 3,9% de participação e 16,7% de crescimento.

Em termos de crescimento nas compras externas de produtos do agronegócio brasileiro, alguns países se destacaram com comportamentos expressivos: Espanha (+43,1%), Tailândia (+38%), Estados Unidos (+30,2%) e Itália (+29,8%).

Tabela 5
Brasil - Exportação do Agronegócio - Destinos
2020/2021 – em milhões de dólares

Destino	2020		2021		Variação	
	US\$	Part. %	US\$	Part. %	Abs.	%
Total	100.702	100,0	120.586	100,0	19.884	19,7
China	34.011	33,8	41.021	34,0	7.010	20,6
Estados Unidos	6.963	6,9	9.066	7,5	2.102	30,2
Países Baixos	4.076	4,0	4.759	3,9	682	16,7
Espanha	2.165	2,2	3.099	2,6	934	43,1
Japão	2.504	2,5	2.537	2,1	33	1,3
Tailândia	1.824	1,8	2.517	2,1	693	38,0
Vietnã	2.162	2,1	2.485	2,1	323	14,9
Itália	1.809	1,8	2.347	1,9	539	29,8
Coréia, Rep. Sul	2.207	2,2	2.301	1,9	95	4,3
Alemanha	2.074	2,1	2.259	1,9	185	8,9
Demais Destinos	40.906	40,6	48.195	40,0	7.289	17,8

Fonte: FIESP, Deagro

Desempenho do Setor Lácteo

O volume de leite captado em 2021 pela indústria de produtos lácteos caiu 1,8% sobre 2020, interrompendo um ciclo de crescimento que se iniciou em 2017. Os fatores que determinaram esse decréscimo foram o clima em regiões produtoras - falta de chuvas e altas temperaturas - e o aumento nos custos dos principais insumos utilizados na produção primária, causando desestímulo no campo. Apesar destas adversidades o leite em pó e queijos tiveram crescimento no volume destinado à industrialização de, respectivamente, 3,7% e 1,1%, como mostra a Tabela 06.

Tabela 6
Brasil – Balanço do Setor Lácteo ⁽¹⁾
2020/2021 – em milhões de litros

Descrição	2020	2021	Variação	
			Abs.	%
Leite Inspeccionado	25.526	25.079	-447	-1,8
Destinação do Leite Inspeccionado				
Leite Pasteurizado	1.050	924	-126	-12,0
Leite UHT	6.980	6.735	-245	-3,5
Leite em Pó	6.200	6.430	230	3,7
Queijos	8.746	8.844	98	1,1
Demais Produtos	2.550	2.146	-404	-15,8
Importação Total	1.330	1.023	-307	-23,1
Leite UHT	0,04	0,04	-	-
Leite em Pó	973	654	-319	-32,8
Queijos	334	339	5	1,4
Demais Produtos	23	30	7	29,8
Exportação Total	127	165	38	29,7
Leite UHT	3	5	2	97,1
Leite em Pó	55	87	32	58,9
Queijos	42	48	5	12,3
Demais Produtos	27	25	-2	-8,7
Balança Comercial - Superavit/Deficit	1.203	858	-345	-28,7
Disponibilidade Líquida Formal	26.729	25.937	-792	-3,0
População (milhões de habitantes)	211,7	213,3	1,6	0,76
Consumo Aparente Per Capita Formal	126,3	121,6	-4,7	-3,7
Leite Informal ⁽²⁾	9.919	9.621	-298	-3,0
Disponibilidade Líquida Total	36.648	35.558	-1.090	-3,0
Consumo Aparente Per Capita Total	173,1	166,7	-6,4	-3,7
Produção Total de Leite ⁽³⁾	35.445	34.700	-745	-2,1

Fonte: Leite Inspeccionado – (IBGE) – Balança Comercial de Látexos (TerraViva)

⁽¹⁾ Estimativas da ABLV, que tomou por base várias fontes de informações

⁽²⁾ Leite Informal = Produção Total de Leite menos o Leite Inspeccionado

⁽³⁾ Ano de 2020 – dados do IBGE e Ano de 2021 - Estimativa

A indústria de laticínios recebeu em 2021 cerca de 450 milhões de litros a menos que em 2020. A queda da produção do leite inspecionado e o saldo negativo da balança comercial contribuíram para a redução da disponibilidade líquida formal em 2021. Em consequência, o desempenho dos principais produtos, exceto os queijos, foi negativo. O saldo líquido da balança comercial que tinha uma participação de 4,5% em 2020 caiu para 3,3% em 2021.

Tabela 7

Brasil – Disponibilidade Líquida Formal

2020/2021 – em milhões de litros

Descrição	2020		2021		Variação	
	Litro	Part. %	Litro	Part. %	Abs.	%
Leite Inspecionado	25.526	95,5	25.079	96,7	-447	-1,8
Balança Comercial (- Superavit / + Deficit)	1.203	4,5	858	3,3	-345	-28,7
Disponibilidade Líquida Formal	26.729	100,0	25.937	100,0	-792	-3,0
Leite Pasteurizado	1.050	3,9	924	3,6	-126	-12,0
Leite UHT	6.977	26,1	6.730	25,9	-247	-3,5
Leite em Pó	7.118	26,6	6.997	27,0	-121	-1,7
Queijos	9.038	33,8	9.135	35,2	97	1,1
Demais Produtos	2.546	9,5	2.151	8,3	-395	-15,5

Fonte: Leite Inspecionado – (IBGE) – Balança Comercial de Lácteos (TerraViva)

Como mostra a tabela 07, acima, o país teve no ano uma redução de 3% da disponibilidade líquida formal, sendo os produtos com maior contribuição para este resultado, foram: “demais produtos” (-15,5%), seguido pelo leite UHT (-3,5%), leite pasteurizado (-12%) e leite em pó (-1,7%). Os queijos contribuíram positivamente com um crescimento de 1,1%.

Na tabela 08 observa-se que o comportamento mês a mês do leite inspecionado recebido pela indústria foi predominantemente negativo durante 2021. Apenas em janeiro, março e maio houve crescimento. A maior redução ocorreu em dezembro (-9,5%), mês do menor preço praticado ao produtor, que vinham em declínio há dois meses.

Tabela 8

Brasil – Leite Inspeccionado Mensal

2020/2021 – em milhões de litros

Mês	2020	2021	Variação	
			Abs.	%
Jan	2.269	2.348	80	3,5
Fev	2.063	2.051	-12	-0,6
Mar	2.106	2.176	70	3,3
Abr	1.963	1.946	-17	-0,9
Mai	1.950	1.960	10	0,5
Jun	1.940	1.932	-7	-0,4
Jul	2.134	2.040	-95	-4,4
Ago	2.190	2.088	-102	-4,6
Set	2.165	2.079	-86	-4,0
Out	2.220	2.130	-89	-4,0
Nov	2.207	2.135	-71	-3,2
Dez	2.321	2.194	-127	-5,5
Total	25.526	25.079	-446	-1,7

Fonte: IBGE – DPCA – Pesquisa Trimestral do Leite

Nota: Os dados relativos ao ano de 2021 são preliminares

Conforme mostra a Tabela 09, em 2021 em relação a 2020, em 11 estados e no Distrito Federal a captação de leite pela indústria teve resultado positivo e em outros 14 ocorreu redução. Não se registrou captação de leite em Roraima. Minas Gerais continua o principal estado produtor de leite do país, com 24,7% de participação em 2021, seguido, pelo Paraná (14,0%), Rio Grande do Sul (13,4%), Santa Catarina (11,7%), São Paulo (10,2%) e Goiás (9,7%). Entre os estados com maior produção os melhores desempenhos ocorreram em Santa Catarina (+2%), Rio Grande do Sul (+1,6%) e Paraná (+0,7%). Os piores desempenhos ocorreram em Minas Gerais (-5,1%), São Paulo (-6,3%) e Goiás (-2,6%).

Tabela 9

Brasil – Leite Inspeccionado por Unidade da Federação

2020/2021 – em milhões de litros

UF e DF	2020		2021		Variação	
	Litro	Part. %	Litro	Part. %	Abs.	%
Santa Catarina	2.885	11,3	2.945	11,7	60	2,0
Rio Grande do Sul	3.318	13,0	3.371	13,4	53	1,6
Sergipe	266	1,0	307	1,2	41	13,4
Bahia	566	2,2	595	2,4	29	4,8
Paraná	3.481	13,6	3.507	14,0	26	0,7
Pernambuco	261	1,0	272	1,1	11	4,1
Ceará	331	1,3	341	1,4	10	2,9
Pará	222	0,9	232	0,9	10	4,2
Alagoas	65	0,3	70	0,3	5	7,6
Distrito Federal	2	0,0	5	0,0	3	59,6
Amazonas	7	0,0	9	0,0	2	23,7
Roraima	-	0,0	-	0,0	0	0,0
Subtotal	11.404	44,7	11.654	46,5	250	2,1
Paraíba	69	0,3	69	0,3	-0	-0,5
Acre	13	0,1	11	0,0	-2	-22,7
Piauí	18	0,1	15	0,1	-3	-18,4
Tocantis	131	0,5	128	0,5	-3	-2,6
Rio Grande do Norte	76	0,3	71	0,3	-5	-6,4
Maranhão	65	0,3	59	0,2	-6	-11,1
Mato Grosso do Sul	135	0,5	123	0,5	-12	-9,3
Espírito Santo	251	1,0	236	0,9	-15	-6,2
Rio de Janeiro	507	2,0	488	1,9	-19	-3,9
Mato Grosso	480	1,9	441	1,8	-39	-8,8
Rondônia	637	2,5	588	2,3	-49	-8,3
Goiás	2.501	9,8	2.437	9,7	-64	-2,6
São Paulo	2.729	10,7	2.566	10,2	-163	-6,3
Minas Gerais	6.510	25,5	6.192	24,7	-318	-5,1
Subtotal	14.122	55,3	13.424	53,5	-698	-5,2
BRASIL	25.526	100,0	25.079	100,0	-447	-1,8

Fonte: IBGE

A Tabela 10, que encerra esta análise, mostra o comportamento do preço médio nacional do leite ao produtor em 2021, que foi o maior em termos reais dos últimos 10 anos e teve um aumento acima da inflação da ordem de 15,4%. Os preços situaram-se em níveis superiores aos de 2020 exceto nos últimos três meses de 2021. No primeiro semestre de 2021, em relação ao mesmo período de 2020, houve um significativo aumento no preço médio da ordem de 33,5%. O segundo semestre fechou com resultado médio positivo de 2,4%, apesar das reduções registradas nos três últimos meses do ano.

Tabela 10

Brasil – Preço do Leite ao Produtor

2020/2021 – Preço Líquido a Valor Constante ⁽¹⁾ – R\$/litro

Mês	2020		2021		Variação	
	R\$	Índice ⁽²⁾	R\$	Índice ⁽²⁾	R\$	%
Jan	1,57	65	2,23	91	0,66	42,0
Fev	1,63	67	2,16	88	0,54	33,1
Mar	1,65	68	2,09	85	0,44	26,9
Abr	1,66	68	2,13	87	0,47	28,1
Mai	1,59	65	2,17	88	0,58	36,6
Jun	1,74	71	2,33	95	0,60	34,5
Médio 1º Semestre	1,64		2,19		0,55	33,5
Jul	2,02	83	2,43	99	0,41	20,5
Ago	2,22	91	2,46	100	0,24	10,9
Set	2,42	99	2,45	100	0,04	1,5
Out	2,43	100	2,37	96	-0,06	-2,5
Nov	2,28	94	2,20	90	-0,07	-3,2
Dez	2,34	96	2,12	86	-0,22	-9,5
Médio 2º Semestre	2,28		2,34		0,06	2,4

Fonte: CEPEA e BCB

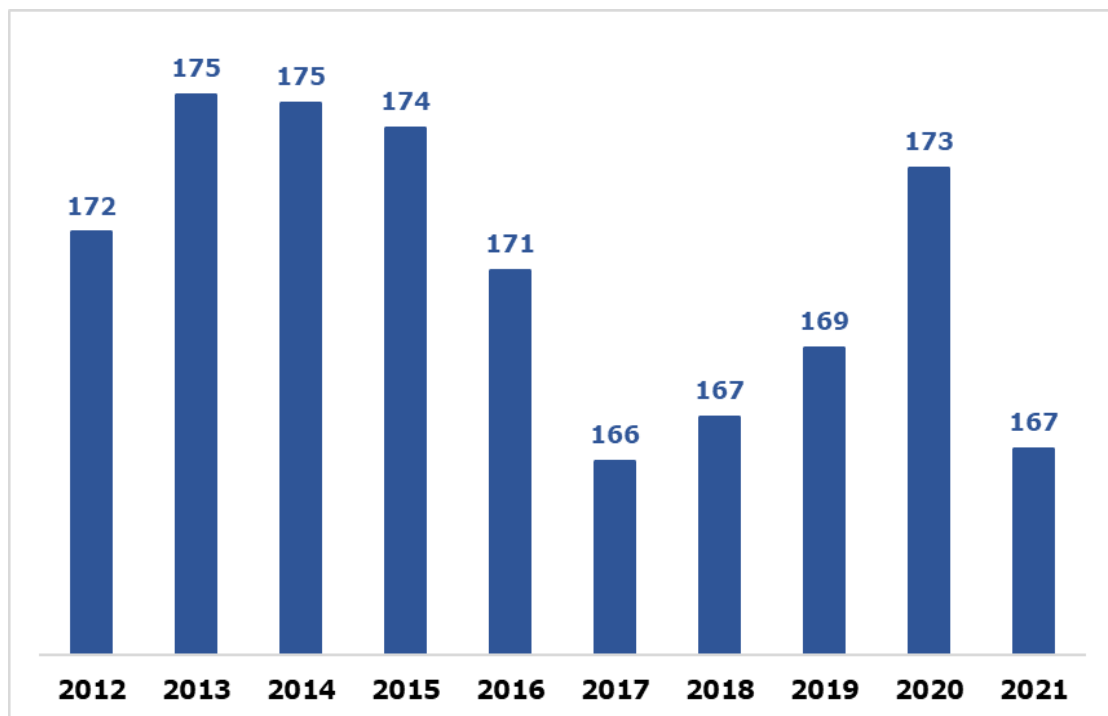
⁽¹⁾ Deflacionado IPCA (R\$) – Dezembro 2021 = 100

⁽²⁾ Índice – Maior Preço: 2020 – Outubro = 100 / 2021 – Agosto = 100

Como 2020 e 2021 foram os anos em que houve os maiores reajustes de preços ao produtor constata-se que, corrigidos pela inflação, o valor médio recebido nestes dois anos foi cerca de 45% superior à média do período 2012/2019. Os maiores preços dos últimos 10 anos ocorreram em agosto e setembro de 2021 situando-se 55% superiores à média histórica.

Como resultado da conjuntura econômica e condições desfavoráveis do ano de 2021 o consumo *per capita* aparente total de leite (líquido + os produtos lácteos - estes em litros de leite-equivalente) esteve entre os menores da série de 10 anos, voltando aos patamares de 2017/2018, com 167 litros/ano, conforme mostra o Gráfico 3.

Gráfico 3
Brasil – Consumo Per Capita de Leite
2012 / 2021 - litros/ano



Fonte: elaborado a partir dados MDIC, IBGE ABLV, TerraViva

Mercado Interno de Lácteos Longa Vida

Leite UHT

O segmento de leite UHT apresentou queda de volume de 3,5% em 2021, retração que, ainda assim, foi menor que a observada (-3,7%) no mercado total de leite de consumo, que reúne o leite UHT, leite pasteurizado e leite em pó reconstituído para consumo direto. O principal motivo dessa redução está relacionado à baixa oferta de matéria-prima decorrente dos altos custos de produção no campo e condições climáticas desfavoráveis durante boa parte do ano nas principais regiões produtoras. O IBGE aponta para 2021 uma queda de 1,8% do leite inspecionado, o que permite deduzir-se uma redução da produção primária total acima de 2%. Com a redução da importação de leite em pó, a disponibilidade líquida de leite formal caiu 3%. Como consequência o preço do leite cru atingiu preços nunca vistos, afetando duramente o resultado operacional das empresas, que restringiram sua produção, evitando maiores prejuízos que os já observados. Segundo dados do CEPEA o preço médio do leite no campo saltou 33,5% somente no primeiro semestre de 2021 partindo de R\$ 1,64 e atingindo R\$ 2,19. Tal movimento continuou até o final do ano com preço médio de R\$ 2,34. Obviamente o baixo desempenho da economia e a queda da renda da população contribuíram para o agravamento do cenário, com impacto negativo no consumo. Apesar do desempenho negativo o leite UHT manteve sua alta representatividade no mercado de leite de consumo com participação de 62% no total e 88% do total de leite líquido.

Como mostra a Tabela 11, o leite de consumo formal, considerando-se o leite pasteurizado, o longa vida e o leite em pó (reconstituído para consumo direto) caiu 2 litros em 2020. Assim, o consumo *per capita* aparente de leite na forma líquida, reduziu-se de 53 para 51 litros/ano.

Tabela 11

Brasil – Leite de Consumo Formal

2020/2021 – em milhões de litros de leite-equivalente

Descrição	2020		2021		Variação	
	Litro	Part. %	Litro	Part. %	Abs.	%
Leite Pasteurizado	1.050	9,4	924	8,6	-126	-12,0
Leite Longa Vida	6.977	62,3	6.730	62,4	-247	-3,5
Leite em Pó Consumo	3.172	28,3	3.135	29,1	-37	-1,2
Leite Consumo - Formal	11.199	100,0	10.789	100,0	-410	-3,7
Cons. Aparente per capita (L)	53		51		-2	-3,8

Fonte: IBGE, TerraViva, Estimativas ABLV

Leite Condensado

Com uma penetração altíssima já estabelecida a categoria somente pode crescer pelo aumento do consumo médio, o que certamente não aconteceu. O segmento de leite condensado está incluído em outros produtos no balanço lácteo deste relatório, que apresentaram redução de volume de aproximadamente 16%. Numa condição econômica difícil o segmento perde prioridade no consumo. De positivo, apesar da queda de demanda, a categoria não perdeu valor.

Creme de leite

Fugindo à regra, a categoria vem, ano a ano, ganhando volume e valor. Nos dois anos anteriores cresceu 3,5% e 5,5% respectivamente segundo dados da Nielsen. Em 2021, embora sem estimativas disponíveis, pelo relato de fabricantes o segmento continua firme em volume e preços e tem enorme potencial, pois apresenta bom espaço para penetração nos lares e aumento do consumo médio.

Bebidas Lácteas

O segmento é constituído em quase sua totalidade pela embalagem pronta para beber de 200 ml de bebida achocolatada e apresentou consumo bastante regular com ligeira tendência de aumento de valor no final do ano.

Outras informações do setor lácteo, que permitem uma análise retrospectiva de seus principais indicadores, dos últimos 10 anos, podem ser conferidas na seção Séries Estatísticas ao final deste relatório.

Séries Estatísticas

Tabela 12

Brasil – Balanço do Setor Lácteo ⁽¹⁾
2012 / 2021 – em milhões de litros

Descrição	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Leite Inspeccionado	22.339	23.553	24.747	24.062	23.170	24.333	24.450	25.012	25.526	25.079
Destinação do Leite Inspeccionado										
Leite Pasteurizado	1.430	1.340	1.220	1.094	1.105	1.120	1.090	1.080	1.050	924
Leite UHT	6.120	6.365	6.597	6.729	6.831	7.025	6.880	6.860	6.980	6.735
Leite em Pó	5.457	5.812	6.210	5.946	5.464	5.867	5.920	6.150	6.200	6.430
Queijos	6.980	7.466	7.983	8.000	7.830	8.105	8.310	8.510	8.746	8.844
Demais Produtos	2.352	2.570	2.737	2.293	1.940	2.216	2.250	2.412	2.550	2.146
Importação Total	1.247	1.052	722	1.057	1.845	1.257	1.170	1.068	1.330	1.023
Leite UHT	12,00	20,00	3,00	0,61	2,45	1,08	0,14	0,16	0,04	0,04
Leite em Pó	900	678	477	814	1.363	889	831	743	973	654
Queijos	299	327	218	225	444	338	314	300	334	339
Demais Produtos	36	27	24	17	35	29	25	25	23	30
Exportação Total	158	174	488	469	274	180	102	99	127	165
Leite UHT				0,03	1,18	0,07	0,50	1,90	3	5
Leite em Pó	105	120	427	420	220	118	43	40	55	87
Queijos	26	30	28	26	31	37	37	34	42	48
Demais Produtos	27	24	33	23	21	25	21	23	27	25
Balança Comercial - Superavit/Deficit	1.089	878	234	587	1.571	1.077	1.069	969	1.203	858
Disponibilidade Líquida Formal	23.428	24.431	24.981	24.649	24.741	25.410	25.519	25.981	26.729	25.937
População	195,2	201,0	202,8	204,5	206,1	207,7	208,5	210,1	211,7	213,3
Consumo Aparente Per Capita Formal	120	122	123	121	120	122	122,4	123,7	126	122
Leite Informal ⁽²⁾	10.077	10.702	10.427	10.938	10.455	9.158	9.390	9.473	9.919	9.621
Disponibilidade Líquida Total	33.505	35.133	35.408	35.587	35.196	34.568	34.909	35.454	36.648	35.558
Consumo Aparente Per Capita Total	172	175	175	174	171	166	167	169	173	167
Produção Total de Leite ⁽³⁾	32.416	34.255	35.174	35.000	33.625	33.491	33.840	34.485	35.445	34.700

Fonte: Leite Inspeccionado – (IBGE) – Balança Comercial de Lácteos (TerraViva)

⁽¹⁾ Estimativas da ABLV, que tomou por base várias fontes de informações

⁽²⁾ Produção Total de Leite menos o Leite Inspeccionado

⁽³⁾ De 2012 a 2020 – IBGE e Ano de 2021 - Estimativa

Tabela 13

Brasil – Disponibilidade Líquida Formal ⁽¹⁾

2012 / 2021 – em milhões de litros

Descrição	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Leite Inspeccionado	22.339	23.553	24.747	24.062	23.170	24.333	24.450	25.012	25.526	25.079
Balança Comercial - Superavit/Deficit	1.089	878	234	587	1.571	1.077	1.069	969	1.203	858
Disponibilidade Líquida Formal	23.428	24.431	24.981	24.649	24.741	25.410	25.519	25.981	26.729	25.937
Leite Pasteurizado	1.430	1.340	1.220	1.094	1.105	1.120	1.090	1.080	1.050	924
Leite UHT	6.132	6.385	6.600	6.730	6.832	7.026	6.880	6.858	6.977	6.730
Leite em Pó	6.252	6.370	6.260	6.340	6.607	6.638	6.708	6.853	7.118	6.997
Queijos	7.253	7.763	8.173	8.198	8.243	8.406	8.587	8.776	9.038	9.135
Demais Produtos	2.361	2.573	2.728	2.287	1.954	2.220	2.254	2.414	2.546	2.151

Fonte: Leite Inspeccionado – (IBGE) – Balança Comercial de Látceos (TerraViva)

⁽¹⁾ Estimativas da ABLV, que tomou por base várias fontes de informação

Tabela 14

Brasil – Leite de Consumo x Demais Produtos

2012 / 2021 – em milhões de litros de leite-equivalente

Descrição	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Leite de Consumo	10.443	10.635	10.740	10.774	10.937	11.196	11.045	11.033	11.199	10.789
Demais Produtos	12.985	13.796	14.241	13.875	13.805	14.214	14.474	14.948	15.530	15.148
Disponibilidade Líquida Formal	23.428	24.431	24.981	24.649	24.741	25.410	25.519	25.981	26.729	25.937
Leite de Consumo %	44,6	43,5	43,0	43,7	44,2	44,1	43,3	42,5	41,9	41,6
Demais Produtos %	55,4	56,5	57,0	56,3	55,8	55,9	56,7	57,5	58,1	58,4
Disponibilidade Líquida Formal	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, TerraViva, Estimativas ABLV

Tabela 15**Brasil – Leite Inspeccionado por Unidade da Federação**

2012 / 2021 – por Região e UF - em milhões de litros

Região e UF	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Brasil	22.339	23.553	24.749	24.059	23.170	24.333	24.450	25.012	25.526	25.079
Exportadora Sul	8.245	8.399	8.743	8.674	8.433	9.119	9.201	9.326	9.684	9.824
Paraná	2.589	2.819	2.972	2.838	2.745	2.935	3.091	3.309	3.481	3.507
Santa Catarina	2.104	2.119	2.340	2.348	2.438	2.758	2.722	2.761	2.885	2.945
Rio Grande do Sul	3.552	3.461	3.431	3.488	3.250	3.426	3.388	3.256	3.318	3.372
Exportadora Sudeste	5.880	6.470	6.911	6.733	6.360	6.246	6.368	6.533	6.761	6.428
Minas Gerais	5.578	6.166	6.590	6.442	6.106	5.990	6.071	6.286	6.510	6.192
Espírito Santo	302	304	321	291	254	256	297	247	251	236
Exportadora Centro-Oeste	2.428	2.584	2.825	2.570	2.447	2.604	2.653	2.780	2.634	2.570
Goias	2.291	2.447	2.685	2.450	2.313	2.465	2.525	2.637	2.501	2.437
Distrito Federal	20	-	12	11	9	8	10	11	2	5
Tocantins	117	137	128	109	125	131	118	132	131	128
Exportadora Centro-Norte	1.860	1.899	1.895	1.673	1.625	1.623	1.535	1.490	1.474	1.384
Rondônia	769	783	760	699	700	699	658	620	637	588
Pará	297	321	311	236	252	277	249	249	222	232
Mato Grosso do Sul	210	199	206	190	151	119	106	115	135	123
Mato Grosso	584	596	618	548	522	528	522	506	480	441
Importadora Nordeste	1.217	1.154	1.318	1.246	1.173	1.251	1.406	1.556	1.717	1.799
Maranhão	70	79	84	65	51	60	61	67	65	59
Piauí	13	17	19	18	16	16	17	18	18	15
Ceará	227	223	271	257	223	238	271	326	331	341
Rio Grande do Norte	59	48	49	46	52	70	74	77	76	71
Paraíba	48	42	54	52	45	54	62	72	69	69
Pernambuco	272	213	228	241	243	241	241	259	261	272
Alagoas	80	76	80	70	53	53	67	73	65	70
Sergipe	117	129	169	165	170	158	185	202	266	307
Bahia	331	327	364	332	320	361	428	462	566	595
Importadora Norte	20	20	20	16	15	20	22	16	20	20
Acre	14	13	12	12	12	12	12	11	13	11
Amazonas	5	5	6	3	3	7	9	5	7	9
Roraima	1	2	2	1	-	1	1,4	0,4	-	-
Amapá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Importadora Leste	2.689	3.027	3.037	3.147	3.117	3.470	3.265	3.311	3.236	3.054
Rio de Janeiro	357	496	512	540	558	599	537	524	507	488
São Paulo	2.332	2.531	2.525	2.607	2.559	2.871	2.728	2.787	2.729	2.566

Fonte: IBGE

Tabela 16
Brasil – Leite Inspeccionado Mensal
 2012 / 2021 – em milhões de litros

Mês	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Jan	2.021	2.048	2.230	2.208	2.072	2.101	2.160	2.213	2.269	2.348
Fev	1.851	1.782	1.922	1.900	1.892	1.833	1.890	1.936	2.063	2.051
Mar	1.895	1.855	2.038	2.028	1.898	1.928	1.966	2.065	2.106	2.176
Abr	1.721	1.758	1.911	1.851	1.749	1.811	1.872	1.923	1.962	1.946
Mai	1.757	1.765	1.948	1.886	1.742	1.907	1.733	1.964	1.950	1.960
Jun	1.761	1.817	1.939	1.908	1.728	1.929	1.872	1.970	1.940	1.932
Jul	1.870	1.977	2.019	1.984	1.897	2.058	2.036	2.080	2.133	2.040
Ago	1.885	2.006	2.125	2.018	1.989	2.118	2.120	2.133	2.190	2.088
Set	1.777	2.009	2.086	1.988	1.963	2.103	2.100	2.082	2.165	2.079
Out	1.864	2.139	2.116	2.074	2.048	2.141	2.221	2.202	2.220	2.130
Nov	1.901	2.169	2.150	2.066	2.052	2.154	2.210	2.178	2.207	2.135
Dez	2.037	2.228	2.263	2.151	2.140	2.250	2.270	2.266	2.321	2.194
Total	22.339	23.553	24.747	24.062	23.170	24.333	24.450	25.012	25.526	25.079

Fonte: IBGE

Tabela 17

Brasil – Leite de Consumo

2012 / 2021 – em milhões de litros de leite-equivalente

Descrição	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Leite Pasteurizado	1.430	1.340	1.220	1.094	1.105	1.120	1.090	1.080	1.050	924
% Var. ano anterior	-12,0	-6,3	-9,0	-10,3	1,0	1,4	-2,7	-0,9	-2,8	-12,0
Market Share %	19	17	16	14	14	14	14	14	13	12
Leite Longa Vida	6.132	6.385	6.600	6.730	6.832	7.026	6.880	6.858	6.977	6.730
% Var. ano anterior	5,4	4,1	3,4	2,0	1,5	2,8	-2,1	-0,3	1,7	-3,5
Market Share %	81	83	84	86	86	86	86	86	87	88
Leite Fluido	7.562	7.725	7.820	7.824	7.937	8.146	7.970	7.938	8.027	7.654
% Var. ano anterior	1,6	2,2	1,2	0,1	1,4	2,6	-2,2	-0,4	1,1	-4,6
Market Share %	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Leite em Pó Consumo	2.881	2.910	2.920	2.950	3.000	3.050	3.075	3.095	3.172	3.135
% Var. ano anterior	2,5	1,0	0,3	1,0	1,7	1,7	0,8	0,7	2,5	-1,2
Leite de Cons. Formal	10.443	10.635	10.740	10.774	10.937	11.196	11.045	11.033	11.199	10.789
% Var. ano anterior	1,8	1,8	1,0	0,3	1,5	2,4	-1,3	-0,1	1,5	-3,7
Leite de Cons. Informal	1.520	1.250	1.103	988	1.010	1.020	1.000	1.020	1.010	950
% Var. ano anterior	-14,6	-17,8	-11,8	-10,4	2,2	1,0	-2,0	2,0	-1,0	-5,9
Total Leite de Consumo	11.963	11.885	11.843	11.762	11.947	12.216	12.045	12.053	12.209	11.739
% Var. ano anterior	-0,6	-0,7	-0,4	-0,7	1,6	2,3	-1,4	0,1	1,3	-3,8

Fonte: IBGE, TerraViva, Estimativas ABLV

Tabela 18
Brasil – Leite de Consumo Formal – Market Share
 2012 / 2021 – %

Descrição	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Leite Pasteurizado	13,7	12,6	11,4	10,1	10,1	10,0	9,9	9,8	9,4	8,6
Leite Longa Vida	58,7	60,0	61,4	62,5	62,5	62,8	62,3	62,2	62,3	62,4
Leite em Pó Consumo	27,6	27,4	27,2	27,4	27,4	27,2	27,8	28,0	28,3	29,0
Leite Consumo - Formal	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Cons. Aparente per capita (L)	53	53	53	53	53	54	53	53	53	51

Fonte: IBGE, TerraViva, Estimativas ABLV

Tabela 19
Brasil – Consumo Aparente de Leite e Produtos Lácteos
 2012 / 2021 – em milhões de litros, milhões de habitantes e consumo per capita
 em litros/ano

Ano	Consumo Aparente de Leite e Produtos Lácteos						População	Consumo Per Capita - L/ano		
	Produção		Mais Importação	Menos Exportação	Consumo Aparente			Produção Interna	Consumo Aparente	% Dep. Externa
	Volume	Índice ⁽¹⁾			Volume	Índice ⁽¹⁾				
2012	32.416	100	1.247	158	33.505	100	195,2	166	172	3,3
2013	34.255	106	1.052	174	35.133	105	201,0	170	175	2,5
2014	35.174	109	722	488	35.408	106	202,8	173	175	0,7
2015	35.000	108	1.057	469	35.587	106	204,5	171	174	1,7
2016	33.625	104	1.845	274	35.196	105	206,1	163	171	4,5
2017	33.491	103	1.257	180	34.568	103	207,7	161	166	3,1
2018	33.840	104	1.170	102	34.909	104	208,5	162	167	3,1
2019	34.485	106	1.068	99	35.454	106	210,1	164	169	2,7
2020	35.445	109	1.330	127	36.648	109	211,7	167	173	3,3
2021⁽²⁾	34.700	107	1.023	165	35.558	106	213,3	163	167	2,4

Fontes: MDIC, IBGE, ABIQ, ABLV, TerraViva

⁽¹⁾ Base 2012 = 100

⁽²⁾ População – Estimativas IBGE – Produção 2021 – Estimativas ABLV

Tabela 20

Brasil – Preço Líquido Médio do Leite ao Produtor

2012 / 2021 – Nominal e Deflacionado IPCA (R\$) / US\$

Nominal										
Mês	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Jan	0,77	0,81	0,92	0,84	0,97	1,19	0,98	1,28	1,37	2,03
Fev	0,78	0,82	0,91	0,84	1,00	1,22	1,02	1,41	1,42	1,99
Mar	0,79	0,84	0,94	0,86	1,05	1,23	1,07	1,48	1,44	1,94
Abr	0,80	0,88	1,00	0,89	1,11	1,26	1,16	1,49	1,45	1,98
Mai	0,81	0,91	1,02	0,93	1,16	1,27	1,25	1,52	1,38	2,04
Jun	0,79	0,94	1,01	0,95	1,22	1,27	1,30	1,53	1,51	2,20
Jul	0,78	0,98	1,01	0,98	1,38	1,23	1,48	1,41	1,76	2,31
Ago	0,79	1,01	1,01	1,00	1,58	1,16	1,55	1,35	1,94	2,36
Set	0,80	1,04	1,00	0,98	1,53	1,08	1,47	1,37	2,13	2,38
Out	0,81	1,04	0,98	0,97	1,40	1,01	1,44	1,36	2,16	2,33
Nov	0,82	1,02	0,94	0,97	1,23	1,00	1,36	1,35	2,04	2,19
Dez	0,82	0,96	0,90	0,97	1,19	1,00	1,23	1,35	2,13	2,12
Deflacionado IPCA - Dezembro 2021 = 100										
Mês	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Jan	1,37	1,37	1,46	1,26	1,30	1,52	1,22	1,54	1,57	2,23
Fev	1,38	1,38	1,45	1,23	1,33	1,55	1,26	1,68	1,63	2,16
Mar	1,41	1,40	1,48	1,24	1,39	1,56	1,33	1,75	1,65	2,09
Abr	1,42	1,45	1,56	1,29	1,46	1,60	1,43	1,75	1,66	2,13
Mai	1,42	1,50	1,58	1,34	1,51	1,61	1,54	1,78	1,59	2,17
Jun	1,39	1,55	1,57	1,35	1,59	1,61	1,57	1,79	1,74	2,33
Jul	1,37	1,61	1,57	1,38	1,79	1,56	1,79	1,65	2,02	2,43
Ago	1,37	1,67	1,56	1,40	2,04	1,46	1,87	1,58	2,22	2,46
Set	1,39	1,70	1,54	1,38	1,97	1,37	1,78	1,61	2,42	2,45
Out	1,39	1,69	1,50	1,35	1,80	1,26	1,73	1,59	2,43	2,37
Nov	1,41	1,65	1,43	1,33	1,58	1,25	1,64	1,57	2,28	2,20
Dez	1,40	1,54	1,35	1,32	1,53	1,25	1,48	1,56	2,34	2,12
IPCA em US\$										
Mês	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Jan	0,77	0,67	0,61	0,48	0,32	0,47	0,38	0,41	0,38	0,42
Fev	0,81	0,70	0,61	0,44	0,33	0,50	0,39	0,45	0,37	0,40
Mar	0,79	0,71	0,64	0,39	0,38	0,50	0,41	0,45	0,32	0,37
Abr	0,76	0,73	0,70	0,42	0,41	0,51	0,42	0,45	0,31	0,38
Mai	0,72	0,74	0,71	0,44	0,43	0,50	0,42	0,45	0,29	0,41
Jun	0,68	0,71	0,70	0,44	0,46	0,49	0,42	0,46	0,32	0,46
Jul	0,67	0,72	0,70	0,43	0,55	0,49	0,47	0,44	0,39	0,47
Ago	0,68	0,71	0,69	0,40	0,63	0,46	0,48	0,39	0,41	0,47
Set	0,68	0,75	0,66	0,35	0,60	0,44	0,43	0,39	0,43	0,46
Out	0,69	0,77	0,61	0,35	0,56	0,39	0,46	0,39	0,42	0,43
Nov	0,68	0,72	0,56	0,35	0,47	0,38	0,43	0,38	0,43	0,40
Dez	0,67	0,66	0,51	0,34	0,46	0,38	0,38	0,38	0,45	0,38

Fonte: Cepea, BCB

A Logística Reversa no Brasil

A Logística Reversa surgiu como um dos principais instrumentos da Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS) publicada em agosto de 2010 para promover a responsabilização ambiental, gerenciar os resíduos sólidos pós-consumo, aumentar a quantidade de resíduos reinseridos nos ciclos produtivos e, a longo prazo, zerar o número de aterros e lixões existentes no Brasil, envolvendo ações do poder público e da iniciativa privada.

O PNRS definiu a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto, significando para as empresas, no caso das embalagens em geral, que a responsabilidade não acaba quando o produto é comercializado, mas quando o fabricante colocar os resíduos da embalagem de volta ao ciclo produtivo, depois que o consumidor fizer o descarte.

A partir de 2017 todas as empresas fabricantes, importadoras, comerciantes e distribuidoras de embalagens, e de produtos comercializados em embalagens, passaram a ser obrigadas a implementar e operacionalizar os sistemas de logística reversa previstos, sendo que a quantidade mínima que uma empresa precisa comprovar em relação à Logística Reversa é de 22% de toda a massa de embalagens comercializadas no ano. No caso do Estado de São Paulo a CETESB alterou a meta para os próximos quatro anos: 22,5% no ano de 2022, 23% em 2023, 23,5% em 2024 e de 24% em 2025.

Para a gestão e controle de todos os sistemas, o Governo Federal criou o SINIR (Sistema Nacional de Informações sobre Gestão de Resíduos Sólidos), uma plataforma digital para coleta, integração, sistematização e disponibilização de dados de operacionalização e implantação dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos.

Ainda que a lei seja de âmbito federal e a partir da sua promulgação a logística reversa tenha se tornado uma obrigação, a efetividade prática só ocorre com a regulamentação dos estados. Normalmente a regulamentação e fiscalização são feitas pelos órgãos ambientais estaduais e secretarias estaduais de meio ambiente.

Estado de São Paulo

No Estado São Paulo a logística reversa entrou na vida das empresas em abril de 2018 e passou a ser exigida, tendo como condicionante a renovação ou concessão da

licença de operação industrial. Por iniciativa da FIESP, foi criado um grupo gestor e a entidade celebrou um Termo de Compromisso de Logística Reversa com o governo paulista com foco em embalagens em geral após o uso pelo consumidor cuja solução adotada foi a compensação ambiental por meio dos certificados de reciclagem adquiridos pelas empresas em concorrências. Em 2021, o grupo gestor da FIESP foi substituído por uma entidade gestora formal independente com atuação nacional que recebeu o nome de INSTITUTO REVER. O instituto fechou o ano de 2021 com 52 entidades e sindicatos associados representando cerca de 5.000 empresas.

A ABLV, em parceria com o SINDILEITE SP e ABIQ, participou em 2021 da criação do INSTITUTO REVER, que passou a coordenar, em nome das entidades associadas, o termo de compromisso celebrado com a CETESB e sua renovação. A importância da participação da ABLV no REVER é oferecer às empresas associadas uma solução para cumprir as regulamentações legais por meio dos créditos de reciclagem e diminuir o custo operacional do processo.

A certificadora oficial do INSTITUTO REVER é a Eureciclo. Seu papel, por meio de uma plataforma informatizada segura e validada, consiste em rastrear e documentar as notas fiscais de venda dos materiais recicláveis das cooperativas e operadores de reciclagem para os recicladores finais. Assim, as notas fiscais funcionam como lastro de um certificado de reciclagem que comprova que uma certa quantidade e tipo de material foi efetivamente reciclado, atestando de maneira juridicamente segura a compensação ambiental e o cumprimento das metas de logística reversa.

Em 2021 foram realizadas em São Paulo sete concorrências (uma espécie de leilão reverso que busca unir as empresas e os operadores de reciclagem) para possibilitar às empresas a compra dos certificados de reciclagem. As empresas podem também adquirir os certificados na modalidade de balcão, porém a preços diferenciados e superiores aos da concorrência. Destaca-se que a participação nas concorrências de certificados de reciclagem é exclusiva para as empresas associadas às entidades que assinaram o TCLR - Termo de Compromisso de Logística Reversa com o sistema e, a partir de 2022, aquelas associadas ao INSTITUTO REVER.

O que está valendo de mais atual em São Paulo é a Decisão de Diretoria CETESB nº 127/2021/p, de 16 de dezembro de 2021 que traz importantes alterações em relação a legislação.

De acordo com a CETESB em quatro anos, até 2021, mais que duplicou o número de empresas aderentes ao sistema. Em 2021 o crescimento foi ainda maior que nos anos anteriores, com a adesão de 1.176 empresas, totalizando 5.412, sendo 3.700 do Estado de São Paulo.

Estado do Mato Grosso do Sul

No Mato Grosso do Sul, o Ministério Público realizou o ajuizamento de diversas Ações Cíveis Públicas que culminaram em acordos com as empresas e associações, que embora não estivessem no polo passivo das ações, também foram acionadas. Particularmente no caso da ABLV tais ações demandaram um alto custo de assessoria jurídica, sendo que as ações cíveis somente cessaram quando foram concentradas na comarca de Campo Grande e posteriormente arquivadas com a assinatura, pela associação, do TCLR com aquele estado. A regulamentação com relação a todas as empresas se deu pelo Decreto Estadual n. 15.340 de dezembro de 2019 que estabeleceu as diretrizes para que as empresas apresentassem ao órgão ambiental a comprovação da logística reversa de embalagens pós-consumo, através da plataforma chamada Sisrev. A regularização ocorreu em agosto de 2020, quando foi também assinado um termo de compromisso entre o órgão ambiental e a Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul (FIEMS). Todas as empresas que comercializam no Mato Grosso do Sul, independentemente de serem sediadas ou não no estado, são obrigadas a cumprir as normativas estabelecidas.

Estado do Amazonas

Já o governo do Amazonas publicou, em janeiro de 2020, o Decreto Estadual n. 41.863/2020 que regulamentou a Política Estadual de Resíduos Sólidos e, no segundo semestre, foi celebrado um termo de compromisso com a solução dos certificados lastreados em notas fiscais como uma forma regulamentada de comprovar a logística reversa naquele estado.

Estado do Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul, a Política Estadual de Resíduos Sólidos é datada de 2014 (Lei Estadual n. 14.528/2014), sendo que em junho de 2021 foi assinado o Termo de Compromisso de Logística Reversa de Embalagens entre as autoridades daquele estado e o INSTITUTO REVER, o que possibilita a comprovação da compensação ambiental.

Estado do Rio de Janeiro

No Rio de Janeiro foi publicada, em novembro de 2018, a Lei Estadual n. 8151/2018i que institui o Sistema de Logística Reversa de Embalagens e Resíduos de Embalagens. Com a regulamentação em 2019 (Resolução SEAS n. 13/2019) foi estabelecido um sistema de prestação de contas individual digital com apresentação do Ato Declaratório de Embalagens e do Plano de Metas e Investimentos, que são preenchidos de forma digital em formulário online através do site do INEA. Inicialmente, todo o processo é realizado de forma individualizada, mas as autoridades ambientais estão estudando a apresentação de relatórios coletivos e a adoção do sistema igual ao de São Paulo, vinculando a logística reversa à concessão e renovação das licenças ambientais.

Estado do Paraná

A logística reversa no Paraná vem sendo tratada desde o ano de 2012, com editais de chamamento e criação de entidades. Em 2017 foi iniciada a elaboração de um Plano Estadual de Resíduos Sólidos. No ano de 2021 as autoridades estaduais publicaram as Resoluções Conjuntas SEDEST e IAT n. 20 e n. 22 para a regulamentação da logística reversa, a criação de diretrizes e normas e do Plano de Logística Reversa e dos Relatórios de Logística Reversa na plataforma digital "Contabilizando Resíduos". Foi estabelecido também, a exemplo de São Paulo, o procedimento para incorporação da logística reversa no âmbito do licenciamento ambiental no Estado. Além disso, destaca-se a elaboração de uma legislação que visa criar o "selo de logística reversa", uma ferramenta de marketing que o Estado oferecerá às empresas para promover seu compromisso na preservação do meio ambiente.

Outros estados

Outros estados como Acre, Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, e Piauí estão em vários níveis no processo de elaboração de regulamentação da logística reversa ou desenvolvimento de estudos nos órgãos ambientais e secretarias estaduais de meio ambiente.

As consequências e riscos para as empresas que não cumprirem as legislações federal e estadual de logística reversa são as previstas nas legislações federal e estaduais (Lei 12305/2010 e no caso do Estado de São Paulo Lei 12.300/200). A empresa poderá sofrer processos administrativo, civil e criminal. Na área administrativa, o órgão

ambiental poderá impor multas, interdição temporária ou definitiva, suspensão de financiamentos, impedir a renovação ou a concessão de licenciamento ambiental, podendo chegar até ao embargo das atividades e demolição da empresa. Na esfera criminal, o desrespeito ao cumprimento das exigências relacionadas à logística reversa está ligada a sanções previstas na Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Neste caso, poderá ocorrer pena de reclusão e multas elevadíssimas. Na esfera civil a empresa está sujeita a ações civis públicas impostas pelo Ministério Público e, como no caso anterior, poderá ocorrer penas de reclusão, multas e reparação de danos.

Retrospecto da Concorrência em São Paulo

Os preços da tabela 21 e do gráfico 4 refletem o resultado da concorrência de Certificados de Reciclagem, cujos créditos são disputados entre os operadores. As empresas participantes fazem a adesão à concorrência declarando antecipadamente sua demanda de quantidade de massa e tipo de material a serem compensados e após o levantamento desses dados é iniciada a homologação das ofertas dos créditos por parte dos operadores. No dia e hora marcados no edital para realização da concorrência os operadores disputam por meio de lances a quantidade de créditos que pretendem vender e a qual preço.

No ano de 2021 o plástico foi o material com maior reajuste nos preços médios das concorrências, sendo 20,7% superior ao de 2020. O preço do vidro foi 17,6% maior e do papel 6,9%.

Tabela 21

Preço Médio Concorrência – Certificados de Reciclagem São Paulo

R\$/tonelada

Mês ⁽¹⁾	Plástico	Papel	Vidro
jan/19	62,35	55,07	79,53
mar/19	94,00	17,06	86,60
mai/19	87,13	6,81	84,86
ago/19	88,59	8,87	92,01
nov/19	94,25	10,00	83,05
fev/20	100,00	10,00	70,33
mar/20	84,65	40,00	59,76
jun/20	100,63	40,00	94,74
ago/20	70,59	40,00	52,42
out/20	120,29	40,00	90,57
dez/20	150,00	40,00	92,35
fev/21	141,65	40,00	96,30
mar/21	138,72	40,00	98,31
abr/21	147,85	40,00	98,30
jun/21	143,74	40,00	84,09
ago/21	121,19	40,00	91,30
nov/21	103,41	40,00	77,94
Média 2019	85,26	19,56	85,21
Média 2020	104,36	35,00	76,70
Média 2021	125,97	37,08	90,21

Fonte: Instituto Rever, Eureciclo

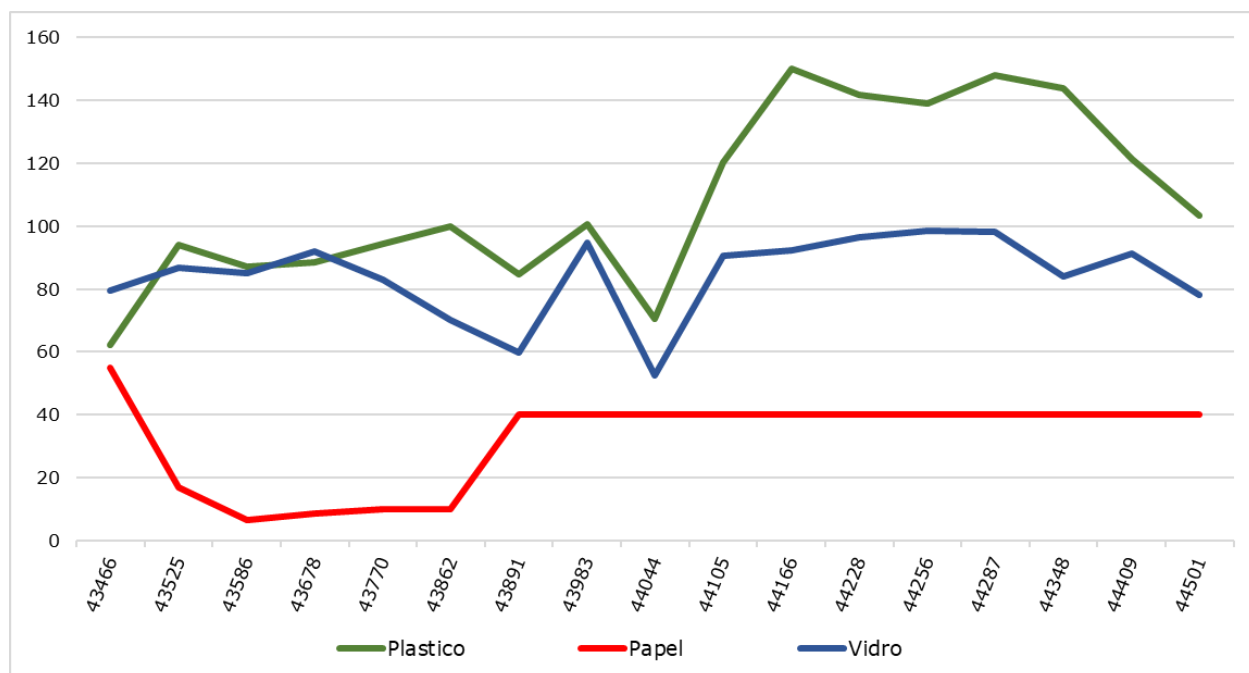
⁽¹⁾ Mês das concorrências

⁽²⁾ Em abril 2021 foram realizadas duas concorrências

Gráfico 4

Preço Médio Concorrência – Certificados de Reciclagem São Paulo

R\$/tonelada



Fonte: Instituto Rever, Eureciclo

Atividades desenvolvidas

As atividades da ABLV durante 2021, com raríssimas exceções, assim como em outras entidades, deram-se por videoconferências. Em 2022 já optamos por modo alternado, sendo uma presencial e outra on-line, para que associados de regiões distantes possam participar.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ANVISA, Câmara Setorial da Cadeia Láctea e SENACON.

A ABLV é associada da Viva Lácteos, associação sediada em Brasília que dispõe de comitês especializados em temas relevantes para todo o setor lácteo. Assim, assessorada com competência, a ABLV tem seus custos otimizados e todos assuntos bem conduzidos junto ao MAPA e ANVISA. Apenas assuntos específicos são conduzidos diretamente pela associação. Em relação ao MAPA a ABLV participou ativamente na criação da Semana dos Láteos, cuja primeira edição foi prejudicada pela pandemia, mas que tem potencial de promover o leite e seus derivados em anos seguintes. Já na Câmara Setorial, a ABLV tem assento desde sua fundação e esteve presente em todas suas reuniões.

Reuniões do Conselho Deliberativo e de Associados

Foram realizadas cerca de 30 reuniões por videoconferência com os associados da ABLV e em conjunto com os associados do SILEMG e ABIQ para discutir as perspectivas de mercado e deliberar sobre vários temas. Também foi realizada Assembleia Geral para aprovar as contas da administração relativas ao exercício de 2020 e eleger o presidente e os vice-presidentes da entidade.

Reuniões e interface com outras entidades

A ABLV acredita na integração das entidades em benefício do setor. Assim, tem participado em todas reuniões e eventos importantes das demais associações, particularmente as da Viva Lácteos, da ABIQ, do G-100, do Silemg e outros sindicatos de indústrias de laticínios. Como reciprocidade, a ABLV convida as demais associações e sindicatos para suas atividades de modo geral.

Reuniões com patrocinadores

A ABLV promove reuniões mensais com seus patrocinadores para atualização quanto ao andamento do mercado de lácteos, bem como para avaliar ações conjuntas e demais assuntos de interesse comum.

Novo site ABLV

O site da ABLV, sob patrocínio exclusivo da Tetra Pak, foi totalmente reformulado em sua forma e conteúdo.

Logística Reversa de Embalagens

Embora não esteja no polo passivo de possíveis ações judiciais pelo fato das associações não estarem contempladas na Lei 12.305/2010, a ABLV foi a única entidade do setor lácteo até o momento objeto de ações dos Ministérios Públicos dos Estados do MS e PR, o que a obriga, desde o início de 2018, a investir importantes recursos financeiros em defesa própria e outras demandas jurídicas. Tais ações tendem a ganhar maior expressão, o que deve ser visto com atenção pelas empresas e demais entidades de todos os segmentos produtivos. Em 2020 a ABLV, depois de intenso trabalho de seu escritório jurídico finalmente conseguiu um acordo com o MP do MS e pôs fim aos processos judiciais relativos à logística reversa no estado, porém continua sendo acionada em outras frentes por aquele MP.

A ABLV, em conjunto com o Sindileite SP e ABIQ, teve presença constante nos debates e organização do sistema de logística reversa de embalagens implantado no Estado de São Paulo pela CETESB com apoio e organização da área de meio ambiente da FIESP, que deu lugar, em 2021, ao INSTITUTO REVER, do qual a ABLV é membro efetivo. Assim como as duas entidades já citadas, a ABLV assinou o Termo de Compromisso de participação do sistema e tem assistido suas associadas no processo de adesão ao mesmo. O modelo implantado em SP está sendo adotado em outros estados, como já ocorreu no MS e está em estudos no PR e MG.

Outras atividades

A ABLV consolidou sua mudança de escritório para o centro de São Paulo, ocupando espaço na sede do Sindileite SP, que também abriga a ABIQ – Associação Brasileira da Indústria de Queijo. Com isso, além do ganho de sinergia para o setor pela interação direta com as associações citadas, houve importante redução orçamentária relativa aos custos de aluguel e condomínio, preparando a entidade para os anos que virão. Também seguiu seu trabalho na busca de novos patrocinadores, uma vez que sua alta representatividade (cerca de 80% do volume em todas as categorias de láteos longa vida) restringe seu potencial de adesão de novos associados. Atualmente a associação tem em seu quadro de patrocinadores a Tetra Pak (para o site e eventos) a CBA (Grupo Votorantim), a Klabin e a Sidel.

Publicações

Relatório Anual da Administração
Compilação Estatística Brasil
Site da ABLV

Quadro Social

1. ARC Logística e Alimentos Ltda.

Rodovia Júlio Budiski, s/nº, SP 501 - Km 7,8
19015-970 - Presidente Prudente - SP

Telefone: (18) 2101-3934

Fax: (18) 2101-3928

2. Asperbras Alimentos Lácteos S/A

Avenida Dezenove, 1.030 - Centro
38240-000 - Itapagipe - MG

Telefone: (34) 3424-9100

Fax: (34) 3424-9100

3. Betânia Lácteos

Rodovia Do Contorno, S/Nº - CE 046 - Planalto do Aeroporto
62940-000 - Morada Nova - CE

Telefone: (85) 4011-6134

Fax: (85) 4011-6100

4. Castrolanda Cooperativa Agroindustrial Ltda.

Rodovia PR-151 - Km 279 - Distrito Industrial
84165-700 - Castro - PR

Telefone: (42) 3234-8199

Fax: (42) 3234-8199

5. Confepar Agroindustrial Cooperativa Central

Avenida Arthur Thomas, 2389
86066-000 - Londrina - PR

Telefone: (43) 3379-1302

Fax: (43) 3338-1440

6. Cooperativa Agropecuária de Barra Mansa Ltda.

Rua João Domingos de Araújo, 95 - Santa Maria II
27551-280 - Barra Mansa - RJ

Telefone: (24) 3323-3888 r. 224

Fax: (24) 3323-3888 r. 226

7. Cooperativa Agropecuária Vale do Rio Doce Ltda.

Rua João Dias Duarte, 1.371 - São Paulo
35030-220 - Governador Valadares - MG

Telefone: (33) 3202-8305

Fax: (33) 3202-8316

8. Cooperativa Central Mineira de Laticínios Ltda.

Avenida das Indústrias, 1090 - Distrito Industrial II
38706-730 - Patos de Minas - MG

Telefone: (34) 3818-1366

Fax: (34) 3822-5980

9. Cooperativa Central Oeste Catarinense

Rua Cláudio Sérgio Berê, 100 - Ponte Grande
07031-200 - Guarulhos - SP

Telefone: (11) 2423-2200

Fax: (11) 2423-2282

10. Cooperativa de Laticínios Selita

Avenida Aristides Campos, 158 - Nova Brasília
29300-903 - Cachoeiro do Itapemirim - ES

Telefone: (28) 2101-1103

Fax: (28) 2101-1103

11. Cooperativa de Laticínios Vale do Mucuri Ltda.

Rua Mamed David, 265 - Niterói
39864-000 - Carlos Chagas - MG

Telefone: (33) 3624-1421

Fax: (33) 3624-1245

12. Cooperativa Regional Agropecuária de Santa Rita do Sapucaí Ltda.

Rua João Euzébio de Almeida, 528
37540-000 - Santa Rita do Sapucaí - MG

Telefone: (35) 3473-3500

Fax: (35) 3473-3510

13. Dan Vigor Indústria e Comércio de Laticínios Ltda.

Rua Joaquim Carlos, 396 - Brás
03016-900 - São Paulo - SP

Telefone: (11) 2799-5823

Fax: (11) 2799-5823

14. Daus Indústria de Alimentos S.A.

Alameda Contorno, s/ nº - Centro - Distrito de Ouroana
75911-000 - Cidade de Rio Verde - GO

Telefone: (64) 2101-7185

Fax: (64) 2101-7185

15. Embaré Indústrias Alimentícias S.A.

Avenida Brasil, 241 - Centro
35590-000 - Lagoa da Prata - MG

Telefone: (37) 3261-3344

Fax: (37) 3261-3344

16. Goiás Minas Indústria de Laticínios Ltda.

Rua Ministro Jesuíno Cardoso, 454 - Cjs 63 e 64 - 6º andar - Vl. Olímpia
04544-051 - São Paulo - SP

Telefone: (11) 2889-5959

Fax: (11) 2889-5959

17. Lactalis do Brasil - Com., Imp. e Exportação de Laticínios Ltda.

Rua Hungria, 1.400 - Jd. Europa
01455-000 - São Paulo - SP

Telefone: (11) 5633-2600

Fax: (11) 5633-2600

18. Laticínios Bela Vista Ltda.

Rodovia GO-020, Km 46, Zona Rural
75240-000 - Bela Vista de Goiás - GO

Telefone: (62) 3551-8000

Fax: (62) 3551-8000

19. Laticínios Porto Alegre Indústria e Comércio Ltda.

Avenida Mário Martins de Freitas, 6.000 - Ana Florência
35432-077 - Ponte Nova - MG

Telefone: (31) 3819-3200

Fax: (31) 3819-3215

20. Laticínios Tirol Ltda.

Rua Domingos Perondi, 36 - Centro
89650-000 - Treze Tílias - SC

Telefone: (49) 3537-7000

Fax: (49) 3537-7000

21. Marajoara Indústria de Laticínios Ltda.

Rodovia BR 153, Lt. 01-A - Zona de Expansão Industrial
75340-000 - Hidrolândia - GO

Telefone: (62) 3553-8000

Fax: (62) 3553-8000

22. Mococa S/A Produtos Alimentícios

Avenida 85, nº 720 - 6º andar - Setor Oeste
74120-090 - Goiânia - GO

Telefone: (62) 3265-1000

Fax: (62) 3265-1000

23. Nova Mix Industrial e Comercial de Alimentos Ltda.

Rua Martinho de Campos, 222 - Vila Anastácio
05093-050 - São Paulo - SP

Telefone: (11) 3649-2686

Fax: (11) 3649-2686

24. Usina de Laticínios Jussara S/A

Rodovia de Acesso à Patrocínio Paulista s/nº - Zona Rural - caixa postal 90
14415-000 - Patrocínio Paulista - SP

Telefone: (16) 3145-9900

Fax: (16) 3145-9901

25. Vencedor Distribuidora de Produtos Lácteos Ltda.

Avenida Dr. Dib Savaia, 392 - Alphaville
06465-140 - Barueri - SP

Telefone: (11) 4195-6630

Fax: (11) 4193-2561

26. ZD Alimentos S.A

Avenida Rui Barbosa, 987 - Centro
17650-000 - Herculândia - SP

Telefone: (14) 3486-9000

Fax: (14) 3486-9009